

Implantação do Novo Mercado

Workshop: Políticas de Remuneração, Indicação e Transações com Partes Relacionadas

Implantação do NM: iniciativas



√ Ofícios DRE

- √ 618/2017: orientações e prazos de adaptação
- √ 735, 736 e 738/20017: interpretações sobre "Manifestação do CA em OPAs", "Dispersão Acionária" e "Free Float"
- √ 86/2018: orientações a respeito da adaptação de estatutos sociais
- ✓ http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/regulacao/regulacao-de-emissores/atuacao-orientadora/interpretacoes.htm

✓ Análise prévia de estatutos sociais (temporada de AGOEs)

√ Comentários a 41 minutas de estatutos e teleconferências

✓ Workshops

- ✓ Políticas de Remuneração, Indicação e Transações com Partes Relacionadas 17/05
- ✓ Gerenciamento de Riscos e Política de Gerenciamentos de Riscos 14/06
- ✓ Auditoria Interna e Comitê de Auditoria 19/07
- ✓ Compliance e Controles Internos 16/08

✓ FAQ (em construção)

Regulamento do NM: Políticas de Indicação, Remuneração e TPR



- ✓ Política de remuneração (art. 32, I)
- ✓ Política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária (art. 32, II e art. 33)
- ✓ Política de Transações com Partes Re¹

Art. 35 A política de transações com partes rela

I – os critérios que devem ser observado

 II – os procedimentos para auxiliar a i interesses e, consequentemente, determinar o companhia;

III – os procedimentos e os responsá operações como transações com partes relaciona.

Art. 33 A política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária deve contemplar, no mínimo:

 I – os critérios para a composição do conselho de administração, de seus comitês de assessoramento e da diretoria estatutária, como por exemplo, complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade; e

II – o processo de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária.

IV – a indicação das instâncias de aprovação das transações com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou de outros critérios de relevância.

INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mapeamento de Governança Corporativa (2015 – 2016)



Códigos "Nacionais": Brasil + 20



Listagem: itens de Governança Corporativa (5 Bolsas)*

EURONEXT
HONG KONG EXCHANGE
NASDAQ
NYSE

TSX (Canadá)

(*) ASX, Deutsch Börse e LSE adotam Código Comply or Explain

Recomendações Internacionais (3)

CAF

ICGN

OCDE

Mapeamento de Governança Corporativa (2015 – 2016)



Alguns resultados encontrados

Critérios para indicação

Previsões principiológicas em 4/5 bolsas, 9/11 códigos e 3/3 recomendações internacionais.

Conselheiros Independentes

- Todos os códigos analisados preveem a presença de membros independentes no CA.
- Presidente do CA independente: África do Sul, Austrália, EUA e Reino Unido.
- Em grande parte dos códigos, o rol de critérios para aferição de independência é exemplificativo e a avaliação da independência é atribuição do CA, como órgão colegiado.

Avaliação do CA

Prevista em 4/5 bolsas, 10/11 códigos e 3/3 recomendações internacionais.

Treinamento do CA

Previsto em 4/5 bolsas, 9/11 códigos e 1/3 recomendações internacionais.

Comitês do Conselho de Administração

- O Comitê de Nomeação é previsto em 5/5 bolsas, 7/11 códigos e 2/3 recomendações internacionais.
- O Comitê de Remuneração é previsto em 5/5 bolsas, 7/11 códigos e 3/3 recomendações internacionais.

Política de Transações com Partes Relacionadas

Prevista em 5/5 bolsas, 3/21 códigos e 3/3 recomendações internacionais.

Contextualização dos novos requisitos



✓ Audiência Pública (1ª fase)

- ✓ Comitês estatutários de assessoramento do conselho de administração: auditoria, indicação (inclusive validação do enquadramento do conselheiro como independente e processo de sucessão do diretor presidente) e remuneração responsável pela política de remuneração e benefícios.
- ✓ Políticas de indicação, gerenciamento de riscos, transações com partes relacionadas, negociação de valores mobiliários e socioambiental.

✓ Audiência Pública (2ª fase)

✓ Comitês estatutários de assessoramento ao conselho de administração: mantido o de auditoria; foram excluídos os comitês de indicação e de remuneração, ainda que as funções previstas para os dois últimos pudessem ser desempenhadas por um único comitê.

✓ Audiência Restrita / Regulamento do NM em vigor (desde 02/01/2018)

- √ Comitê de auditoria (estatutário ou não)
- ✓ Políticas de remuneração, indicação, gerenciamento de riscos, transações com partes relacionadas e negociação de valores mobiliários.

Patrícia Pellini

Superintendente de Regulação, Orientação e *Enforcement* de emissores.

Caso tenha alguma dúvida, entre em contato:

sre@b3.com.br (11) 2565-7360/7003/7004



